



Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

NOTA DE IMPRENSA

Uma Floresta que vale milhões!

Apesar da época crítica de incêndios florestais que se aproxima, é certo que cada vez mais a floresta ganha uma importância singular, muito para além dos fogos.

O sector florestal português é sem dúvida uma fonte de grande riqueza e investimento sem igual. Com uma ocupação de mais de **38% do território nacional** a floresta deve ser reconhecida do seu ponto de vista ambiental, económico e social, pela sua contribuição para a promoção da **biodiversidade**, **combate à erosão**, no seu papel como **sumidouro de carbono**, mas sobretudo no peso que desempenha para a economia do país.

A floresta portuguesa representa assim cerca de **3,2% do PIB**, **12% das exportações nacionais**, **250 mil trabalhadores** e **400 mil proprietários florestais**, resultando num **sector competitivo, gerador de empregos** com expressão relevante ao nível nacional e local.

A par da provada e reconhecida importância, surge inexplicavelmente uma **falta de interesse e despromoção da floresta**. Em vez do incentivo ao património verde que ainda temos, continuamos a assistir à criação de **estruturas de planeamento, programas, planos de acção e demais instrumentos de política que na prática não funcionam**, servindo apenas para burocratizar e deixar completamente disfuncional um sector que se quer operacional, ágil e produtivo.

Em vez de se tornar imperativa a criação de valor e o incito ao investimento, apregoa-se a Certificação Florestal como a salvação do sector e a promoção da Indústria com a valorização efectiva de mercado, o que não é ainda uma realidade concreta. Neste âmbito, **esperava-se que fossem "gratificados" os fornecedores que investiram em sistemas de certificação**, nomeadamente de gestão florestal, o que não se verifica na totalidade, acabando por descredibilizar forçosamente todo o sector, **remetendo para o supérfluo o esforço e empenhamento dispendido na obtenção de uma certificação** por parte das empresas que querem desenvolver o seu trabalho com base em processos produtivos e sustentáveis.

E perguntamos nós quem paga esta sustentabilidade paliativa? Paga o Estado, e pagamos todos nós, contribuintes.

Adicionemos a este ponto a **importação de madeira**, mais um **descrédito à floresta nacional** que teima em prevalecer ao investimento e valorização de um sector repleto de implicações sociais, ambientais e económicas. Fica prejudicado o proprietário, o prestador de serviços e o próprio Estado, mas acima de tudo, perde a floresta nacional, que uma vez mais se vê a desperdiçar competitividade e potencial.

Deixemo-nos de ser “pequeninos” e de pensar que a imputação do que corre mal é sempre de terceiros. **A conjuntura actual e a crise económica a que se assistiu nos últimos anos, não pode mais servir de “desculpa” para continuar a marginalizar a floresta nacional.**

A sustentabilidade deste bem comum depende de todos, Produtores, Empresas, Estado e Indústria. Se há os instrumentos e a vontade por parte dos produtores, porque se **perdem oportunidades e ajudas por direito**, apenas por burocracia excessiva que continua a impedir a criação de valor? Se os prestadores de serviços querem **trabalhar com dignidade e apostando na modernização e capacitação das suas empresas**, porque nunca se conseguiu implementar um quadro de referência pelo qual estejam definidas e reconhecidas formalmente, as suas competências e responsabilidades? Se o Governo actual declama o seu compromisso com o sector primário, porque continua a **renegar o envolvimento de todos os agentes?**

Se a Indústria afirma a sua capacidade de investimento com novas unidades fabris, porque **não valoriza mais a matéria-prima nacional**, como impulso à reflorestação e à sustentabilidade da nossa floresta?

Se é um esforço conjunto, parece-nos **despropositado e desencorajador que se continue a preferir importar madeira**, do que a investir na floresta em Portugal. Mas a verdade é que tem sido essa a política dos últimos tempos. Se até 2009, se justificava o constate **preço baixo, por tonelada de madeira, pela reduzida valorização** do preço da pasta (cerca de 350/ 450 euros a tonelada), hoje esses argumentos não são aceites, pois temos assistido a um crescente evoluir desse sector (**actualmente acima dos 700 euros por tonelada de pasta**), margem mais do que **suficiente para a valorização da matéria-prima nacional.**

No entanto, e contrariando o espectável, o valor pago pela madeira continua em baixa, deixando sem capacidade de negociação o empreiteiro florestal e o produtor. Como se pode pedir mais aos agentes do sector, se não se consegue fazer valer objectivos em comum? Se é no limite, a floresta um bem essencial para a actividade destas grandes massas, promova-se então esse bem.

Pague-se um **preço justo e competitivo à madeira**, que incuta nos produtores e prestadores de serviços o empenho em **produzir mais e melhor. Incentive-se a florestação**, imprimindo as mais-valias do Mundo Rural, com a **criação de novos postos de trabalho**, e a sua relevância na **mitigação das alterações climáticas.**

Lisboa, 5 de Julho de 2010